



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000063089**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1000400-32.2024.8.26.0462, da Comarca de Poá, em que é apelante LUCIMARA SILVA DE OLIVEIRA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado BANCO C6 S/A.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 23ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores RÉGIS RODRIGUES BONVICINO (Presidente) E LÍGIA ARAÚJO BISOGNI.

São Paulo, 29 de janeiro de 2025.

**JOSÉ MARCOS MARRONE**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica

**VOTO Nº: 44882 – Digital**  
**APEL.Nº: 1000400-32.2024.8.26.0462**  
**COMARCA: Poá (2ª Vara Cível)**  
**APTE. : Lucimara Silva de Oliveira (autora)**  
**APDO. : “Banco C6 S.A.” (réu)**

Apelação – Requisitos – Autora que expôs, suficientemente, os motivos pelos quais pretende a reforma da sentença recorrida - Motivos que guardam correlação com os termos do “decisum” - Art. 1.010, II, III e IV, do atual CPC – Ausência de afronta ao princípio da dialeticidade recursal – Preliminar suscitada nas contrarrazões rejeitada.

Cédula de crédito bancário - Capitalização dos juros – Adotado o atual posicionamento do STJ, ao aplicar a “Lei de Recursos Repetitivos” - Permitida a capitalização dos juros remuneratórios com periodicidade inferior a um ano nos contratos celebrados posteriormente a 31.3.2000, data da publicação da MP 1.963-17/2000, desde que expressamente pactuada – Suficiência, para tanto, da previsão no contrato da taxa de juros anual superior a doze vezes taxa de juros mensal nele estipulada - Súmulas 539 e 541 do STJ.

Cédula de crédito bancário – Capitalização dos juros - Financiamento de veículo - Cédula emitida após 31.3.2000, mais precisamente, em 25.3.2023 – Prevista a capitalização diária dos juros remuneratórios – Estabelecida, ademais, taxa de juros anual de 28,35%, superior a doze vezes a taxa de juros mensal de 2,10% – Banco réu que pode cobrar juros remuneratórios de 2,10% ao mês, capitalizados diariamente - Irrelevante a discussão a respeito da incidência de juros compostos na Tabela Price.

Cédula de crédito bancário – “Método de Gauss” – Regime que não pode ser usado como sistema de amortização – “Método de Gauss” que não é utilizado como progressão geométrica, mas como progressão aritmética – “Método de Gauss” que não atende à finalidade almejada – Cálculo das prestações que deve ser realizado conforme pactuado.

Cédula de crédito bancário – Tarifa de cadastro – Financiamento de veículo - Cobrança prevista no título em debate, emitido em 25.2.2023, no valor de R\$ 550,00 – Tarifa visando à “pesquisa em órgãos de proteção ao crédito, cartórios, bases de dados e informações cadastrais,

além do tratamento de dados e informações necessárias para início do relacionamento” - Súmula 566 do STJ – Autora que declarou ter tomado ciência e recebido esclarecimentos acerca dos componentes do Custo Efetivo Total, nos quais a tarifa de cadastro se inclui – Pagamento referente a serviço realmente prestado, cujo valor está em conformidade com os valores praticados pelo mercado, apurados pelo Banco Central do Brasil - Legítima a cobrança dessa tarifa pelo banco réu.

Cédula de crédito bancário – Tarifas – Adotado o atual posicionamento do STJ, ao aplicar a “Lei de Recursos Repetitivos” – REsp nº 1.578.553/SP, relativo ao Tema 958 – Validade da tarifa de avaliação do bem dado em garantia, assim como da cláusula que prevê o ressarcimento de despesas com o registro do contrato, ressalvadas a abusividade da cobrança por serviço não efetivamente prestado e a possibilidade de controle da onerosidade excessiva, em cada caso concreto.

Cédula de crédito bancário – Tarifa de avaliação de bem – Ajustado no aludido título o pagamento da importância de R\$ 550,00 – Banco réu que logrou demonstrar, por intermédio de “Termo de Avaliação do Veículo”, a prestação desse serviço, em consonância com o art. 373, II, do atual CPC e com o art. 6º, VIII, do CDC - Tarifa que não pode ser reputada como abusiva.

Cédula de crédito bancário – Tarifa de registro de contrato – Estipulado no referido título o pagamento da quantia de R\$ 293,56 – Cobrança válida, uma vez que o banco réu comprovou ter efetuado a restrição perante o Sistema Nacional de Gravames (SNG) - Cobrança legítima - Mantida a sentença de improcedência da ação – Apelo da autora desprovido.

1. Lucimara Silva de Oliveira propôs ação revisional de cédula de crédito bancário para financiamento de veículo, cumulada com repetição de indébito, em face de “Banco C6 S.A.” (fls. 1/18).

O banco réu ofereceu contestação (fls. 87/120), havendo a autora apresentado réplica (fls. 176/188).

Proferindo julgamento antecipado da lide (fls. 196/197), a ilustre juíza de primeiro grau considerou a ação improcedente. Condenou a autora no pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da causa, ou seja, sobre R\$ 28.028,54 (fl. 18). Determinou, porém, que, na execução das verbas de sucumbência, fosse observado o disposto no art. 98, § 3º, do atual CPC (fl. 200).

O banco réu opôs embargos de declaração (fls. 204/205), tendo alegado omissão sobre a litigância de má-fé, os quais foram acolhidos, para

declarar a sua inoccorrência “em razão da ausência dos elementos caracterizadores do dolo processual da parte autora e inexistência de prejuízo processual à embargante” (fl. 228).

Inconformada, a autora interpôs, tempestivamente, apelação (fl. 213), aduzindo, em síntese, que: é indevida a capitalização dos juros remuneratórios por ausência de expressa pactuação; são indevidas as tarifas de cadastro, de avaliação de bem e de registro de contrato; faz jus à repetição de indébito em dobro; a sentença recorrida deve ser reformada, para se julgar a ação procedente (fls. 214/227).

O recurso da autora foi respondido pelo banco réu (fls. 235/253), não havendo sido preparado, por ser ela beneficiária da justiça gratuita (fl. 81).

É o relatório.

2. A preliminar de desobediência ao princípio da dialeticidade, ou seja, de que as razões recursais estão dissociadas dos fundamentos da sentença, suscitada nas contrarrazões (fl. 236), deve ser rejeitada.

A autora, diversamente do defendido pelo banco réu (fl. 236), expôs, nas razões recursais (fls. 213/227), de forma motivada, os argumentos de sua irresignação, tendo apresentado impugnação específica do teor da sentença hostilizada, motivo pelo qual o apelo deve ser conhecido.

3. O reclamo manifestado pela autora, porém, não merece prosperar.

Explicando:

3.1. Ao contrário do sustentado nas razões recursais (fls. 214/220)), nas quais foi citada a Súmula nº 121 do Colendo Superior Tribunal de Justiça (fls. 217/218), não é vedada a capitalização dos juros remuneratórios em periodicidade inferior à anual.

Em consonância com o atual posicionamento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, a capitalização dos juros remuneratórios com periodicidade inferior a um ano nos contratos celebrados posteriormente a 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória nº 1.963-17/2000 (atualmente vigente como Medida Provisória 2.170-36, de 23.8.2001), desde que pactuada explicitamente, é permitida.

Esse entendimento foi cristalizado pela elevada corte, de forma definitiva, por meio da edição das Súmulas 539 e 541, publicadas no DJe de 15.6.2015, transcritas, respectivamente, a seguir:

“É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31.3.2000 (MP 1.963-17/00, reeditada como MP 2.170-36/01), desde que expressamente pactuada” (REsp 1.112.879, REsp 1.112.880 e REsp 973.827).

“A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual

superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada” (REsp 973.827 e REsp 1.251.331).

Logo, para que a capitalização dos juros remuneratórios com periodicidade inferior a um ano seja reputada como legítima, não basta que o contrato bancário tenha sido firmado após 31.3.2000, sendo imprescindível que haja ainda previsão expressa no ajuste a esse respeito.

Para tanto, o Colendo Superior Tribunal de Justiça entendeu que os bancos não precisam incluir nos contratos cláusula com redação que expresse o termo “capitalização de juros”, bastando explicitar, com clareza, as taxas efetivas cobradas.

Vale dizer, de acordo com o entendimento superior, a fim de se considerar consentânea com a lei a ventilada capitalização, é suficiente a previsão no título da taxa de juros anual superior a doze vezes a taxa de juros mensal nele estipulada.

Constitui objeto de revisão a cédula de crédito bancário para financiamento de veículo nº AU 0000450736 (fls. 32/38), emitida em 25.3.2023 (fl. 38), na qual, diferentemente do afirmado pela autora (fls. 214/220), além de estabelecida taxa de juros anual de 28,35%, superior a doze vezes a taxa de juros mensal de 2,10% (Quadro F, “Dados do Financiamento”, item F4, fl. 32), foi prevista, expressamente, a capitalização diária desses frutos civis (cláusula 8ª, “Promessa de Pagamento”, fl. 33).

Deve persistir a capitalização combinada, podendo ser cobrados juros remuneratórios à taxa mensal de 2,10% (fl. 32), capitalizados diariamente (fl. 33).

Irrelevante, pois, a discussão sobre a incidência de juros compostos na Tabela Price (fl. 214).

3.2. O “Método de Gauss” adotado no “Laudo Pericial Revisional”, juntado pela autora com a exordial (fls. 39/53), não pode ser usado como sistema de amortização, tendo em vista que não é utilizado como progressão geométrica, mas como progressão aritmética.

Segundo elucidado pelo economista DERALDO DIAS MARANGONI:

“Importante registrar que Karl Friederich Gauss jamais se dedicou ao estudo da Matemática Financeira e muito menos a algum Sistema de Amortização de Empréstimos.

Somente estudou a 'Distribuição Normal e sua Equação' (curva), no âmbito da Teoria Estatística, em conexão com os 'erros de medida' e por isso denominada de 'CURVA NORMAL DE ERROS', que foi deduzida por Abraham De Moivre em 1730 e formalizada por Gauss mais tarde.

O resultado de sua aplicação na operação de um 'Sistema de Amortização de Juros Simples', como vem surgindo, torna evidente que:

a) Os conceitos de Gauss visam, exclusiva e diretamente, à

correção na DISTRIBUIÇÃO DE ERROS ESTATÍSTICOS, sem a mínima consideração às especificações da Matemática Financeira, esta última com condições predeterminadas e EXATAS e não baseadas em medidas de dispersão, médias ou desvios;

b) A aplicação da curva de distribuição de Gauss às operações financeiras de um Sistema de Amortização NÃO ATENDE ÀS CONDIÇÕES FINANCEIRAS ESTABELECIDAS PARA TAXA DE JUROS, como demonstrado anteriormente;

c) Quando aplicados a um sistema de amortização, tais conceitos promovem uma 'distribuição das médias' dos juros ao longo do financiamento, como se eles fossem calculados a partir de dados estatísticos, imprecisos, aplicando ainda um REDUTOR ao valor da prestação (demonstrado no exemplo), para que os valores 'médios dos juros e da amortização' tenham um comportamento ESTATÍSTICO NORMAL.

Portanto, sem prejuízo das virtudes técnicas que apresenta na área para a qual foi concebida (Teoria Estatística), a 'Curva de Gauss' e seus conceitos não atendem, quando aplicados em um sistema de amortização de prestações constantes, às premissas financeiras estabelecidas, o que revela, NA PRÁTICA, SUA ABSOLUTA E TOTAL INADEQUAÇÃO PARA ESSE FIM” (“O regime de juros – Price e Gauss”, extraído do site “www.sindecon-esp.org.br”).

Não deve ser aplicado o “Método de Gauss”, o qual não atende à finalidade almejada, realizando-se o cálculo das prestações consoante foi pactuado (Tabela Price).

3.3. O Colendo Superior Tribunal de Justiça, acerca da cobrança da tarifa de cadastro (fls. 221/223), editou a Súmula 566, publicada no DJe de 29.2.2016, enunciada nesses termos:

“Nos contratos bancários posteriores ao início da vigência da Resolução-CMN nº 3.518/2007, em 3.4.2008, pode ser cobrada a tarifa de cadastro no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira”.

Na cédula de crédito bancário em análise (fls. 32/38), emitida em 25.3.2023 (fl. 38), foi avençada a cobrança de R\$ 550,00 a título de tarifa de cadastro (Quadro D, “Tarifas”, item D1, fl. 32), visando à “pesquisa em órgãos de proteção ao crédito, cartórios, bases de dados e informações cadastrais, além do tratamento de dados e informações necessárias para início do relacionamento” (cláusula 10, I, fl. 34).

A autora declarou que tomou ciência e recebeu esclarecimentos acerca dos componentes do Custo Efetivo Total (cláusula 9.2, fl. 34), nos quais a tarifa de cadastro se inclui (cláusula 10, fl. 34).

Considerando-se que houve prévio esclarecimento à autora e que o pagamento dizia respeito a serviço realmente prestado, inviável admitir-se afronta ao art. 6º, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor.

Ressalte-se que o valor avençado não configura onerosidade excessiva, pois está em conformidade com os valores informados pelo Banco Central do Brasil<sup>1</sup>, o qual constatou, para “confecção de cadastro para início de relacionamento”, quanto à pessoa física, o valor médio de R\$ 746,17 e o valor máximo de R\$ 5.000,00.

Deve ser considerada legítima, assim, a cobrança da tarifa de cadastro pelo banco réu, no valor de R\$ 550,00 (fl. 32), o qual não se mostrou abusivo.

3.4. De outra banda, as teses que devem orientar as instâncias ordinárias no que concerne à cobrança das tarifas de serviços prestados por terceiros, registro de contrato e avaliação de bem foram fixadas pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso repetitivo, REsp nº 1.578.553-SP, relativo ao Tema 958.

Confira-se:

“Recurso especial repetitivo. Tema 958/STJ. Direito bancário. Cobrança por serviços de terceiros, registro do contrato e avaliação do bem. Prevalência das normas do direito do consumidor sobre a regulação bancária. Existência de norma regulamentar vedando a cobrança a título de comissão do correspondente bancário. Distinção entre o correspondente e o terceiro. Descabimento da cobrança por serviços não efetivamente prestados. Possibilidade de controle da abusividade de tarifas e despesas em cada caso concreto.

1. Delimitação da controvérsia: Contratos bancários celebrados a partir de 30.4.2008, com instituições financeiras ou equiparadas, seja diretamente, seja por intermédio de correspondente bancário, no âmbito das relações de consumo.

2. Teses fixadas para os fins do art. 1.040 do CPC/2015:

2.1. Abusividade da cláusula que prevê a cobrança de ressarcimento de serviços prestados por terceiros, sem a especificação do serviço a ser efetivamente prestado;

2.2. Abusividade da cláusula que prevê o ressarcimento pelo consumidor da comissão do correspondente bancário, em contratos celebrados a partir de 25.2.2011, data de entrada em vigor da Res. CMN 3.954/2011, sendo válida a cláusula no período anterior a essa resolução, ressalvado o controle da onerosidade excessiva;

2.3. Validade da tarifa de avaliação do bem dado em garantia, bem como da cláusula que prevê o ressarcimento de despesa com o registro do contrato, ressalvadas a:

2.3.1. abusividade da cobrança por serviço não efetivamente

<sup>1</sup> <https://www.bcb.gov.br/fis/tarifas/htms/htarco01F.asp?idpai=T&frame=1>



prestado; e a

2.3.2. possibilidade de controle da onerosidade excessiva, em cada caso concreto.

(...).

4. Recurso especial parcialmente provido” (REsp nº 1.578.553-SP, registro nº 2016/0011277-6, 2ª Seção, v.u., Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, j. em 28.11.2018, DJe de 6.12.2018) (grifo não original).

Da citada decisão infere-se que apenas é admissível a cobrança da tarifa de avaliação: se estabelecida no título ou no contrato; e se houver prova da efetiva prestação do serviço.

Na hipótese vertente, foi juntado aos autos o “Termo de Avaliação do Veículo” (fl. 134), tendo revelado que foi realizada a sua vistoria e que foi constatado o seu estado de conservação (lataria, tapeçaria, pintura, pneus).

Há de se admitir, assim, que o banco réu demonstrou a prestação do serviço de avaliação do veículo usado (fl. 134), em consonância com o art. 373, inciso II, do atual CPC.

Comprovada a efetiva prestação desse serviço (fl. 134), a cobrança da tarifa de avaliação de bem, no valor de R\$ 550,00 (Quadro D, “Tarifas”, item D2, fl. 32), há de persistir, não podendo ser reputada como abusiva.

3.5. É legítima, igualmente, a cobrança da tarifa de registro do contrato, ao contrário do defendido pela autora (fls. 223/224).

O banco réu juntou o comprovante da restrição financeira que efetuou perante o Sistema Nacional de Gravames – SNG (fls. 131/133).

O valor da referida tarifa, R\$ 293,56 (Quadro B, “Valor Financiado”, item B9, fl. 32), afora isso, não se mostrou exorbitante.

3.6. A orientação aqui esposada, no que se refere à tarifa de avaliação de bem e à tarifa de registro de contrato, foi seguida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, segundo se infere das ementas reproduzidas a seguir:

“Ação revisional de contrato c.c. consignação em pagamento. Contrato bancário. Sentença de parcial procedência. Apelação da ré. Tarifa de seguro de proteção financeira. Sentença que declarou a abusividade da cobrança. O contrato não prevê a cobrança da referida tarifa. Sentença reformada. Tarifa de avaliação do bem. Tese firmada pelo STJ quando do julgamento do REsp repetitivo nº 1.578.553/SP. Tema 958. 'Validade da tarifa de avaliação do bem dado em garantia, bem como da cláusula que prevê o ressarcimento da despesa com o registro do contrato, ressalvada a abusividade da cobrança do serviço não efetivamente prestado e a possibilidade de controle da onerosidade excessiva em cada caso'. Na espécie, ausente a comprovação da prestação do serviço. Cobrança afastada. Sentença mantida. Tarifa de registro de contrato. Tese firmada pelo STJ quando do



julgamento do REsp 1.578.553-SP. Tema 958. 'Validade da cláusula que prevê o ressarcimento da despesa com o registro do contrato, ressalvada a abusividade da cobrança do serviço não efetivamente prestado e a possibilidade de controle da onerosidade excessiva em cada caso'. Na espécie, o documento do veículo mostra que o gravame foi registrado no órgão de trânsito. Caso em que houve a efetiva comprovação da prestação do serviço. Cobrança mantida. Sentença reformada. Recurso parcialmente provido” (Ap nº 1005270-76.2013.8.26.0278, de Itaquaquacetuba, 11ª Câmara de Direito Privado, v.u., Rel. Des. MARINO NETO, j. em 28.2.2019) (grifo não original).

“Revisional de contrato. Sentença de procedência, que declarou a abusividade da cobrança do seguro prestamista, da tarifa da avaliação de bem, assim como do registro de contrato. Insurgência da casa bancária. Seguro de proteção financeira. Cobrança indevida. Ausência de prova, por parte da casa bancária, de que a contratação do seguro se deu de forma livre e voluntária. Consideração do entendimento sedimentado no STJ por ocasião do julgamento do REsp 1.639.320-SP, sob o rito do recurso repetitivo. Nos contratos bancários em geral, o consumidor não pode ser compelido a contratar seguro com a instituição financeira ou com seguradora por ela indicada. Tarifa de registro de contrato. Ausência de ilegalidade. Consideração do entendimento sedimentado no STJ por ocasião do julgamento do REsp 1.578.553-SP, sob o rito de recurso repetitivo. Não se vê ilegalidade na cobrança de registro do contrato, que correspondeu a um serviço efetivamente prestado. O gravame foi registrado no órgão de trânsito, passando a constar no documento do veículo. Tarifa de avaliação de bem. Consideração do entendimento sedimentado no STJ por ocasião do julgamento do REsp 1.578.553-SP, sob o rito de recurso repetitivo. Ausência de ilegalidade na cobrança da tarifa de avaliação de bem. A instituição financeira exibiu cópia do laudo correspondente, demonstrando que o serviço foi efetivamente prestado. Recurso parcialmente provido” (Ap nº 1004489-65.2017.8.26.0229, de Hortolândia, 18ª Câmara de Direito Privado, v.u., Rel. Des. HÉLIO FARIA, j. em 14.5.2019) (grifo não original).

4. Nessas condições, nego provimento à apelação da autora, mantendo a sentença impugnada (fls. 196/201).

Levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal pela advogada do banco réu (fls. 235/253), majoro, com base no art. 85, § 11, do atual CPC, a verba honorária devida a ela pela autora, de 10% (fl. 200) para 15% sobre o valor da causa, isto é, sobre R\$ 28.028,54 (fl. 18), atualizado pelos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

índices da tabela prática editada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo desde o ajuizamento da ação.

Como a autora é beneficiária da justiça gratuita (fl. 81), as verbas de sucumbência só podem ser exigidas se ficar evidenciado que ela perdeu a condição legal de necessitada, nos termos do art. 98, § 3º, do atual CPC.

JOSÉ MARCOS MARRONE  
Relator